

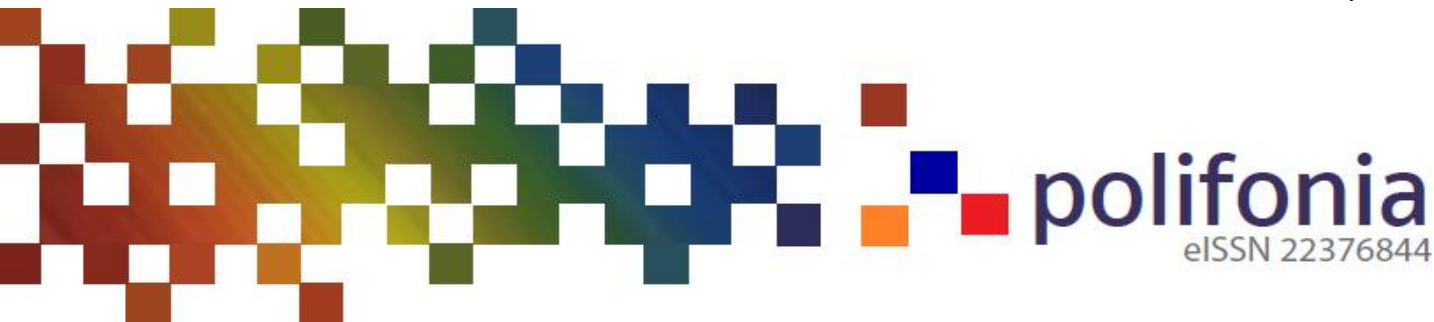
APRESENTAÇÃO

Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista
Universidade Federal da Bahia (UFBA/CNPq)

Simone Tiemi Hashiguti
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Alexandre José Cadilhe
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

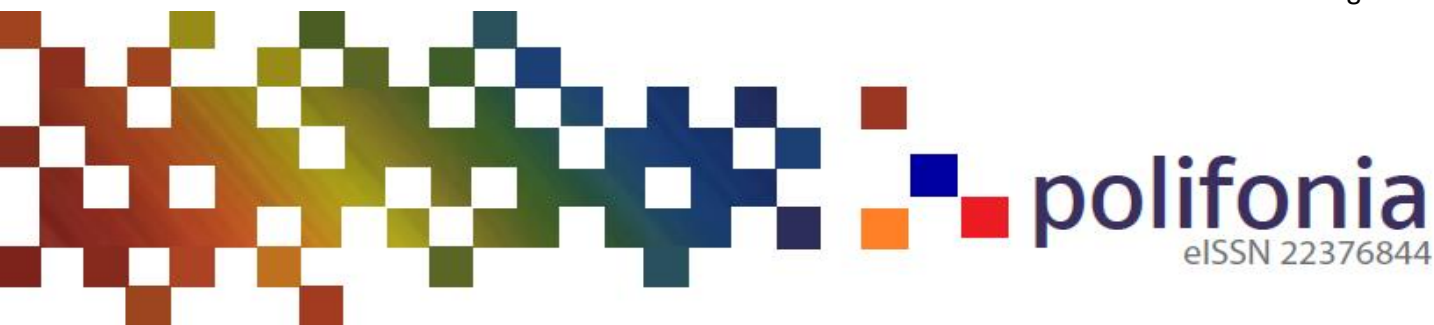
Este volume foi finalizado nos meses de outubro e novembro de 2022, sob o efeito dos resultados dos dois turnos da eleição presidencial mais importante da história democrática do Brasil e após os quase quatro anos completados de um governo federal desastroso junto ao qual passamos a pandemia de COVID-19, configurando não só uma “cruel pedagogia do vírus” (SANTOS, 2020) quanto uma cruel pedagogia de gestão pública, para a qual os esforços de execução de uma necropolítica (MBEMBE, 2018) não foram poupados. Para nós, após essas experiências e do que pudemos apreender nesse período acerca das formas cotidianas e frequentes do racismo estrutural (ALMEIDA, 2020) que constitui nossa sociedade e que se torna cada vez mais visível, além da violência e dos crimes de gênero que têm sido também cada vez mais noticiados, está mais clara do que nunca a necessidade de, no âmbito dos estudos sobre educação linguística e formação docente, revisarmos os quadros teórico-metodológicos que vêm fundamentando nosso fazer/sentir na sala de aula e na pesquisa. Urge compreendermos as condições histórico-epistêmico-discursivas nas quais o racismo e outras formas de discriminação têm se mantido como possíveis no estado que se quer democrático e de direito, para que haja inteligibilidade na produção de resistências e *(re)existências* ao colonialismo, ao patriarcado e ao capitalismo (MIGNOLO, 2017; SANTOS, 2018) em sua face mais atroz e contundente. Em outros termos, acreditamos que não se sustenta um



engajamento intelectual, acadêmico, epistêmico no campo dos estudos da linguagem e da educação que não se comprometa radicalmente com a justiça social e cognitiva em relação às demandas (e violências e explorações vivenciadas) do Sul Global, território das periferias dos grandes conglomerados cosmopolitas.

Entendendo que as epistemologias do Sul, na acepção de Sousa Santos (2018, p. 7) não se referem ao que seria “uma imagem invertida das epistemologias do Norte”, visto que apontam para a uma superação dos dualismos normativos da modernidade/colonialidade no ocidente, retomamos do mesmo autor outras características por ele descritas a respeito de tal epistemologia para nos inspirarmos em nossas reflexões e práticas e, assim, questionarmos nosso lugar e nosso papel na manutenção da colonialidade. Segundo o sociólogo, as epistemologias do sul emergem, e, portanto, não se separam, das lutas sociais e políticas dos coletivos e trazem em si o sentido do *saber fazer*, da experiência incorporada dos corpos invisibilizados. São epistemologias que, ao invés da universalidade, promovem a pluriversalidade, diversificam as narrativas e recuperam as ancestralidades. Essas epistemologias se constituem de vários pensamentos contra hegemônicos que superam a divisão abissal (SANTOS, 2007) entre o Norte Global e os demais corpos racializados. No nosso caso, as consideramos como epistemologias que pouco ou muito timidamente se materializam e se fazem presentes no espaço acadêmico e fora dele e de maneira legitimada e responsável e responsiva. Mas elas são fundamentais para uma renovação discursiva e de pensamento para que possamos intervir no real e, sendo assim, são urgentes no campo dos estudos da linguagem e da educação!

Junto a esse conceito, também habitam em nossa fundamentação teórica os textos de pensadoras decoloniais, feministas ou não, que têm arejado nossas ideias. De Quijano (2007), pudemos compreender como a colonialidade do poder e do saber funcionam para constituir como dominantes e universais os saberes e a cientificidade do Norte. De Anzaldúa (1981), pudemos entender a força da escrita que se direciona diretamente à mulher de cor e oprimida e que, por vezes, mescla, como nos poemas de Cherrie Moraga, duas línguas em conflito (o inglês e o espanhol). É uma escrita em primeira pessoa, que

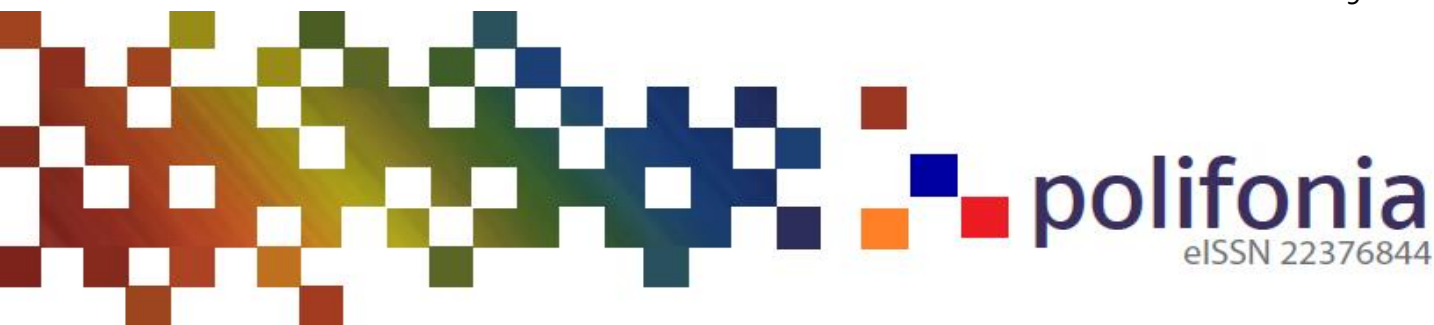


anuncia e marca o locus enunciativo da autora. Com Palermo (2019), apreendemos a opção decolonial como engajamento intelectual que nos posiciona a manter uma crítica definitiva e firme da colonialidade e a abertura a um diálogo não-eurocêntrico.

A ideia para este dossiê surgiu, portanto, de nosso alinhamento com tais proposições e da vontade de conhecermos e fazermos circular estudos, modos, teorias, fontes que nos ajudem a pensar a colonialidade e a propor um contraponto (de)colonial. Pensamos que essa empreitada não se reduz ou se limita a quadros teóricos de uma ou outra determinada área, nem desconsidera os trabalhos e formulações que, embora tendo sido produzidos no contexto ocidental, propõem maneiras de abordar as epistemes hegemônicas. Acreditamos que arvoramos nossas problematizações e nossas possibilidades praxiológicas e ontológicas decoloniais no espaço do que chamamos de *encruzilhadas epistêmicas*, orientadas por diferentes epistemologias do Sul. Essas, por sua vez, mesclam referências que emergem do movimento feminista, das manifestações anti-colonialidade de gênero e anti-racismo, das contra-pedagogias decoloniais, dos estudos e práticas transculturais e periféricas.

As pesquisas e trabalhos reunidos neste volume constituem diferentes trânsitos nas encruzilhadas epistêmicas ora consideradas. Convidamos para uma leitura múltipla, plural através de textos organizados numa distribuição que parte dos estudos da linguagem em uma perspectiva crítica de justiça social, atravessam os tensionamentos de gênero e sexualidade num contexto colonial/moderno e chegam ao cenário da sala de aula como espaço de subversão.

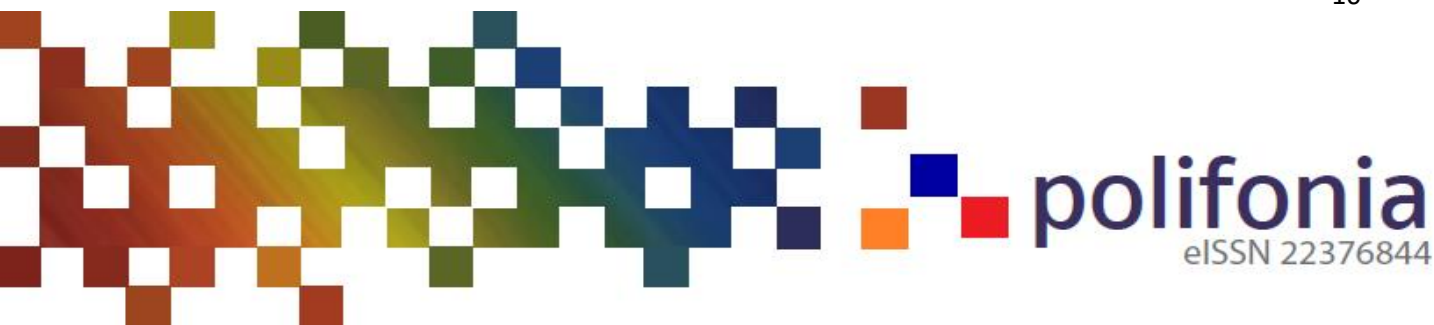
No texto *Translanguaging e justiça social: por uma mudança de perspectiva*, Ana Claudia Peters Salgado et al. defendem que práticas translíngues podem ser relevantes para a justiça social quando compreendidas como justiça cognitiva, nos termos do autor referenciado, Boaventura de Sousa Santos. Isso porque, numa sociedade, a eleição de uma variedade de língua, a saber, a do grupo dominante, como a variedade modelo a ser seguida, tem o potencial de provocar exclusão e discriminação. Conforme as autoras, *translanguaging* “envolve processos autorais negociados, dialógicos e está sujeito às disposições localmente estabelecidas”, daí sua relação com o multiletramento.



As autoras, igualmente, refletem sobre três cenários distintos em que o conceito pode ser operativo para ajudar a lidar com as complexidades linguísticas. O primeiro cenário que apontam tem a ver com a estigmatização do portunhol no Brasil, apesar de ser tão recorrente; o segundo tem a ver com a falta de acolhimento de migrantes forçados no Brasil e com a maneira como esses sujeitos acessam a língua portuguesa e, por fim, o terceiro retoma a proposição decolonial de que a categoria de gênero é uma invenção colonial e sinaliza para a questão do duplo estigma no caso desta translinguagem.

Já em *A fantasia do corpo inconsistente do capital: alegorias discursivas*, Leda Verdiani Tfouni e Leny A. Pimenta erigem uma problematização acerca da nova classe social chamada de classe precariada, conforme o termo proposto por Guy Standing, e que se refere ao crescente número, na contemporaneidade, de trabalhadores informais ou, como esclarece as autoras, da classe formada pelas “novas formas de escravidão no século XXI”. Tfouni e Pimenta analisam a imagem da capa do livro de Standing publicado no Brasil na versão por elas observada de 2014, sob o título “O precariado: a nova classe perigosa”. A imagem traz o desenho do que pode ser identificado como sendo um rosto e uma mão, ambos formados em seu interior por pequenos corpos humanos amontoados. Na ponta do dedo indicador, voltado para o rosto, um outro pequeno ser humano se apoia e equilibra. A capa, esclarecem Tfouni e Pimenta, é de autoria de Diogo Droschi e teve inspiração numa fotografia feita por Carol Anne de um mural em Berlim, pintado em 2007 pelo artista italiano BLU. Ao longo do texto, as autoras se baseiam em orientações teórico-metodológicas da análise do discurso francesa de base pecheutiana e foucaultina e na psicanálise de Freud e Lacan e perscrutam o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg em sua análise. Partindo da ideia freudiana de estranhamento e relacionando-a à noção de monstruosidade advinda dos textos de Michel Foucault, elas traçam uma relação com as formas de subjetivação capitalista.

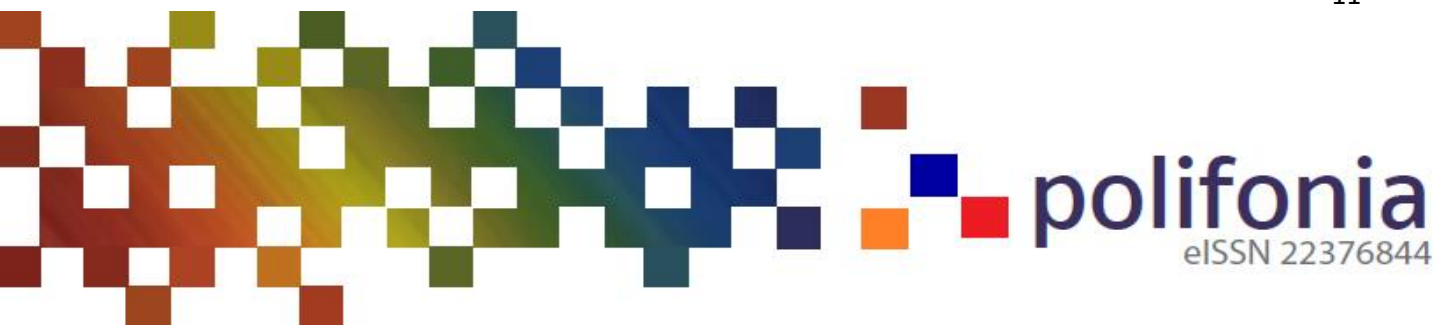
Em *Entre subversão e abjeção: a representação de corpos e sexualidades queer em The Daylight Gate*, Andrio Santos engaja-se em uma análise de narrativa do campo artístico-literária, conforme já indicado pelo título. Trata-se da obra *The Daylight Gate*, de Jeanette Winterson, que “relê a narrativa do julgamento das bruxas de Pendle, um dos



mais conhecidos e documentados da história inglesa gótico *queer*”. Tendo em vista, o enquadre epistêmico dos estudos queer, Santos analisa representações de sexualidades com foco na protagonista da narrativa escolhida, Alice Nutter. Ao longo de sua reflexão, enfatiza os efeitos da abjeção a mulheres bem como suas formas de subversão. Tal movimento disposto por Santos colabora na construção de inteligibilidade acerca das faces patriarcado enquanto uma das sustentações do colonialismo, ainda que a cena da narrativa não se desloque do eixo norte-centrado.

Tendo em tela o trânsito entre colonialidade e gênero, o artigo *Análise de discurso crítica e estudos feministas: um panorama das dissertações e teses produzidas no Brasil entre 2015 e 2019*, de Juliana Harumi Chinatti e Kleber Aparecido da Silva, parte de um levantamento bibliográfico no banco de teses da Capes com o objetivo de mapear as pesquisas que interseccionem o campo da Análise Crítica do Discurso e os Estudos Feministas. Com essa finalidade, estabelecem um recorte de quatro anos no qual identificam 35 pesquisas que possibilitaram as/os autoras/es construir um estado da arte sobre o tema investigado. Reiteramos aqui, como um dos resultados, o desafio de “aprofundar sobre as discussões ontológicas, epistemológicas, metodológicas, estratégicas e políticas que sejam proveitosas para o Brasil e para a América Latina no atual contexto de recrudescimento do neoliberalismo no mundo”. Assumimos, com Chinatti e Silva, a urgência de tal aprofundamento nas pesquisas e práticas de modo sensível ao diálogo entre o Sul Global, numa efetiva aposta de que as alternativas ao neoliberalismo não partirão de quem os criou.

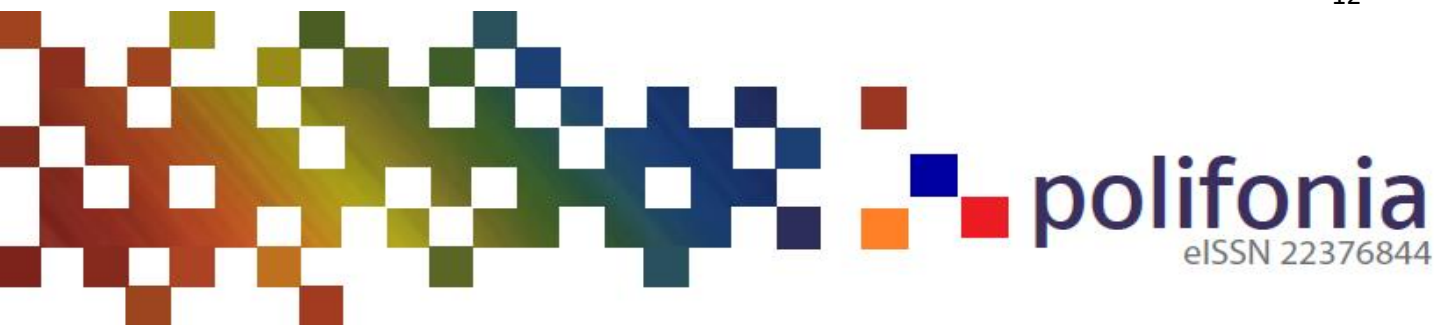
No texto *Interseccionalidades masculinas – a escola como o lugar da reprodução de corpos machos*, de Sirlei Cleuza Costin e Luís Antonio Bitante Fernandes, se estabelece um diálogo entre estudos da linguagem e a crítica aos colonialismos de gênero e sexualidade, trazendo-o para o campo da educação. Os autores mobilizam a categoria de masculinidades, em outros tempos desconsiderada nos estudos de gênero, para analisar as formas de sociabilidade ou (re)produção de normas aos corpos femininos e masculinos no espaço escolar. A partir de uma pesquisa bibliográfica que toma a sala



de aula como espaço de pesquisa, o artigo sintetiza que de modo a Educação pode constituir tanto espaços de inculcação quanto de subversão das divisões binárias de gênero e sexualidade que em nossa leitura, podem ser percebidos como efeitos das colonialidades do poder e do ser que engendram modos de hierarquização heteronormativas entre sujeitos, ocupando no topo o homem branco, cisgênero e heterossexual que reproduz performances de violência na manutenção das relações de poder com seus pares. Assim, descolonizar as relações de gênero invariavelmente implica repensar, como se exerce uma pedagogia das masculinidades nos espaços escolares.

Fechando a seção de artigos que seguirá com entrevista e resenha, chegamos a uma reflexão mais específica ao campo das colonialidades nas práticas pedagógicas. Os/as autores/as Mateus Esteves de Oliveira, Claudia Leão de Carvalho Costa e Renato de Oliveira Dering assinam o artigo *Sala de Aula Invertida e Rotação por Estações: metodologias ativas em pauta na formação contínua de professores*. Os autores priorizam o cenário pandêmico e os desafios à educação básica e ao campo da formação de professores e a pesquisa aponta para a mobilização de metodologias ativas como alternativa não somente no sentido de instituir outras pedagogias, como também um modo de reconsiderar as relações estabelecidas entre docentes e estudantes. Apesar de o estudo não se referir explicitamente a um dos enquadres epistêmicos destacados nessa edição, a discussão se coloca como alternativa para a chamada “educação bancária”, criticada por Paulo Freire, dado que a “sala de aula invertida” tem como uma de suas principais estratégias o diálogo entre sujeitos. Em outros termos, entendemos não ser viável tratar de métodos ativos sem levar em conta um compromisso com a justiça cognitiva e social na participação dos/as estudantes, o que nos parece compor uma atitude decolonial.

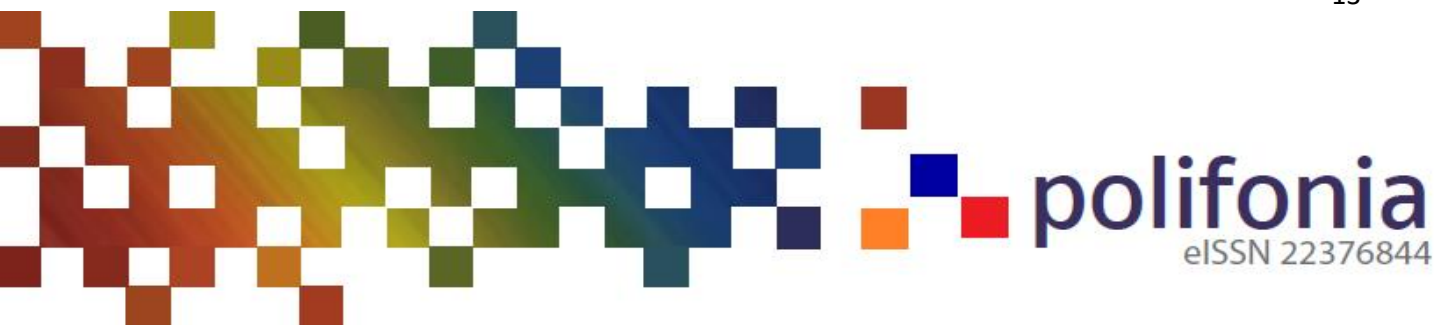
Após a seção de artigos do nosso volume está a entrevista realizada por Simone Hashiguti a Lynn Mario Trindade Menezes de Souza, uma das principais referências mundiais na área de Linguística Aplicada. Em *Decolonialidade e(m) Linguística Aplicada: Uma entrevista com Lynn Mario Trindade Menezes de Souza*, podemos acompanhar a crítica ferrenha que Menezes de Souza tece à íntima (e desnecessária, de seu ponto de vista) relação que a Linguística Aplicada mantém com a Linguística,



indicando que o conceito de língua saussureano, por exemplo, tem atrapalhado a possibilidade decolonial em nossos estudos. Para ele, a abstração da Linguística e o formalismo dos seus estudos, ao serem perscrutados como modelos também na Linguística Aplicada, acabam por limitar as interpretações e esvaziar a linguagem de sua situacionalidade. Retomando e discorrendo sobre a importância de conceitos tais como o de *lócus de enunciação*, calcado nas orientações bakhtinianas de linguagem e nos conceitos de *lócus epistêmico* e *lócus social*, de Grosfoguel (2011), Menezes de Souza defende que, de uma perspectiva decolonial, a educação linguística tem que se afastar da orientação normativa e universalista nos estudos da linguagem. Segundo ele, é necessário que descolonizemos, primeiramente, o próprio conceito de norma a partir do qual trabalhamos.

Por fim, na seção de resenhas, Abreu e Hashiguti se voltam para o livro *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*, escrito pela socióloga e ativista sul americana Silvia Rivera Cusicanqui. O texto foi publicado originalmente em 2010, na Argentina, e publicado no Brasil em 2021, pela editora N-1, com tradução de Ana Luiza Braga e Lior Zisman Zalis. Ao retomarem um pouco da trajetória da autora desde a década de 1980, Abreu e Hashiguti destacam seu ativismo visceral, já que ela propõe que a descolonização epistêmica só ocorrerá de fato se as práticas cotidianas se constituírem como realmente decoloniais, se fazendo junto às comunidades oprimidas e invisibilizadas e em parceria com elas. Desse modo, para Cusicanqui, como esclarecem os resenhistas, “o ‘fazer com as mãos’ é a contraparte necessária do trabalho intelectual”. Cusicanqui advoga, assim, por uma ética entranhada no fazer acadêmico, que possa se opor ao que ela vê como um certo tom de arrogância intelectual que o tem caracterizado e que foi herdado da modernidade ocidental.

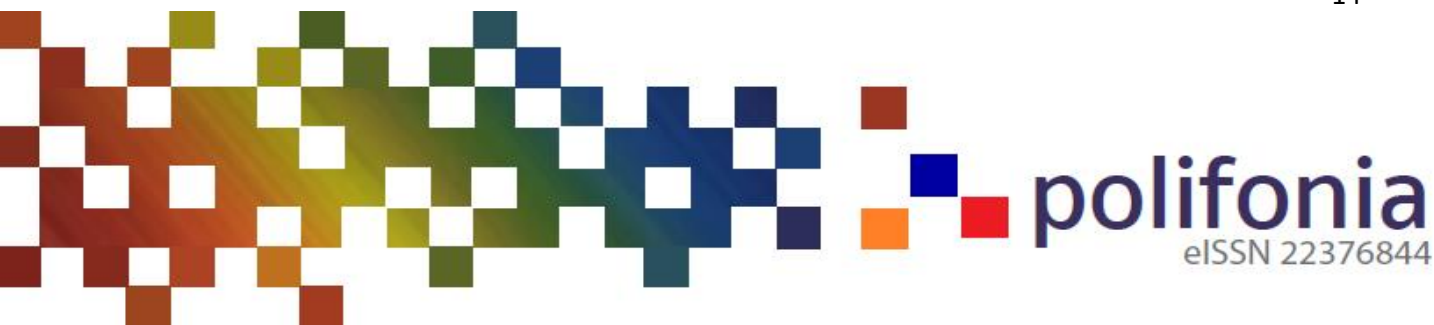
Por fim, na seção “Outros lugares”, incluem-se ainda três artigos: dois deles relacionados à pesquisa linguística, que enfatizam particularidades do português brasileiro e um terceiro que reflete sobre a formação de professores de línguas, trazendo como mote o “inacabamento do ser humano”, conforme Freire (1996, p. 22).



O artigo, *O processo de difusão da mudança na posição de clíticos de 3ª pessoa na história do português*, Thaís Franco de Paula, Sueli Maria Coelho e César Nardelli Cambraia nos apresentam um estudo sobre a posição dos clíticos de 3ª pessoa na história da língua portuguesa, a partir de um *corpus* constituído de dados extraídos de textos dos sécs. XVI a XXI, no gênero textual crônica. Os autores assumem no estudo em questão o ponto de vista da Linguística Histórica, dialogando com a abordagem teórica baseada no modelo variacionista e no conceito de difusão sintática, com o objetivo de avaliar se a difusão da mudança investigada é afetada por fatores de ordem formal e funcional. A pesquisa confirma as seguintes hipóteses: (a) as mudanças na posição dos clíticos de 3ª pessoa se iniciaram nas formas com menor saliência formal; e (b) essas mudanças se iniciaram na função de partícula pronominal. O artigo demonstra, ainda, que o português brasileiro não apresentou manutenção dos padrões do português clássico.

Edmilson José de Sá, no artigo, *Vogais médias pretônicas em Pernambuco: uma análise geossociolinguística*, traz para o público uma descrição geossociolinguística a partir da discussão sobre o comportamento das vogais médias pretônicas /e/ e /o/. Essa pesquisa se utiliza do banco de dados do *Atlas Linguístico de Pernambuco – ALiPE*, sendo que para esse fim foram realizados inquéritos em vinte municípios, distribuídos horizontalmente entre Afrânio e Recife e verticalmente entre São José do Egito e Tacaratu, contemplando, assim, diferentes regiões do estado. O estudo apresenta avanços em relação à Sociolinguística no sentido de explorar a variação espacial ou diatópica, de que trata a Geolinguística.

A seção encerra com o texto, *Educação e inacabamento: autopoiesis na formação de professores de línguas*, de Alan Ricardo Costa, que é construído a partir da produção e do estudo de autonarrativas de professores de línguas. Essas produções foram feitas a partir de um curso *online* de formação docente, intitulado “Tecnologias, Educação a Distância e narrativas”, realizado no final do ano de 2019. A pesquisa reflete sobre o inacabamento na (e da) formação docente de professores de línguas com o propósito de averiguar o grau de consciência desses professores sobre o processo formativo enquanto



contínuo, complexo e caracterizado pelo inacabamento. E mais, se a *autopoiesis* é um operador complexo cartografável nas autonarrativas dos participantes.

Esperamos que, ao longo do percurso que esses textos desenharam, possamos vislumbrar as potencialidades que emergem das práxis decoloniais e como essas se fazem presentes e vitais, concretizando-se sob diversas estratégias, metodologias, ontologias/epistemologias, nas nossas vidas, transformando os sujeitos, espaços, discursividades e performances no Sul Global.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ANZALDÚA, G. Speaking in Tongues: A Letter To 3rd World Women Writers. In: ANZALDÚA, G.; MORAGA, C. (Orgs.) (1981). **This bridge called my back: writings by radical women of color**. Nueva York: Kitchen Table: Women of Color Press, 1981.

FREIRE, P. **A Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. Coleção Leitura. 1996.

GROSGOUEL, R. Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. In: *Transmodernity*, Vol. 1, Issue 1, 2011.

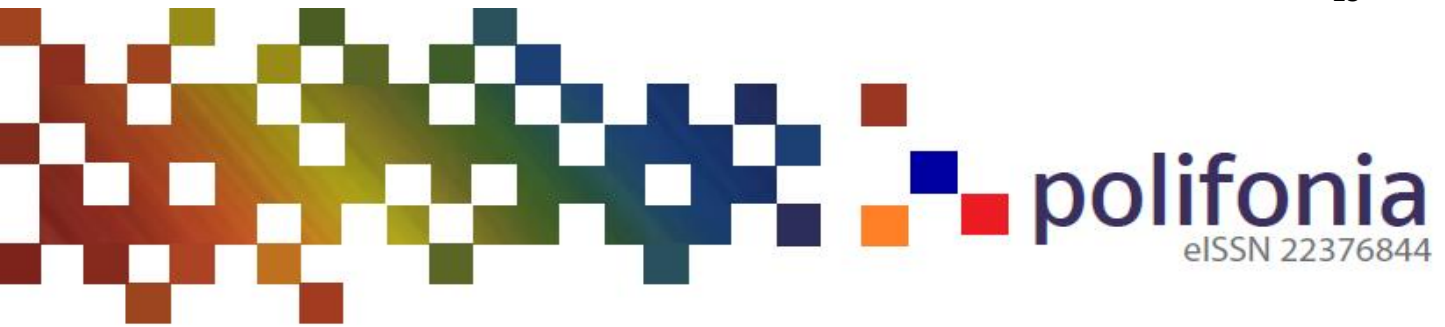
MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2017, v. 32, n. 94 Disponível em: <<https://doi.org/10.17666/329402/2017>>.

PALERMO, Z. Alternativas locais al globocentrismo. 1991. *Revista de Estudios Internacionales*, v. 1, n. 2, p. 8-17, 2019.

QUIJANO, A. [1991] Coloniality and modernity/Rationality. *Cultural Studies*. Vol. 21, Nos. 2 3 March/May 2007, pp. 168 -178. ISSN 0950-2386 print/ISSN 1466-4348 online.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos*, 79, nov., 2007, pp. 71-94. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>.



_____. **The end of the cognitive empire: The Coming of Age of Epistemologies of the South.** Duke University Press, 2018.

_____. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Almedina, 2020.